



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Altamira



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Altamira x RI Xingu x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Altamira (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

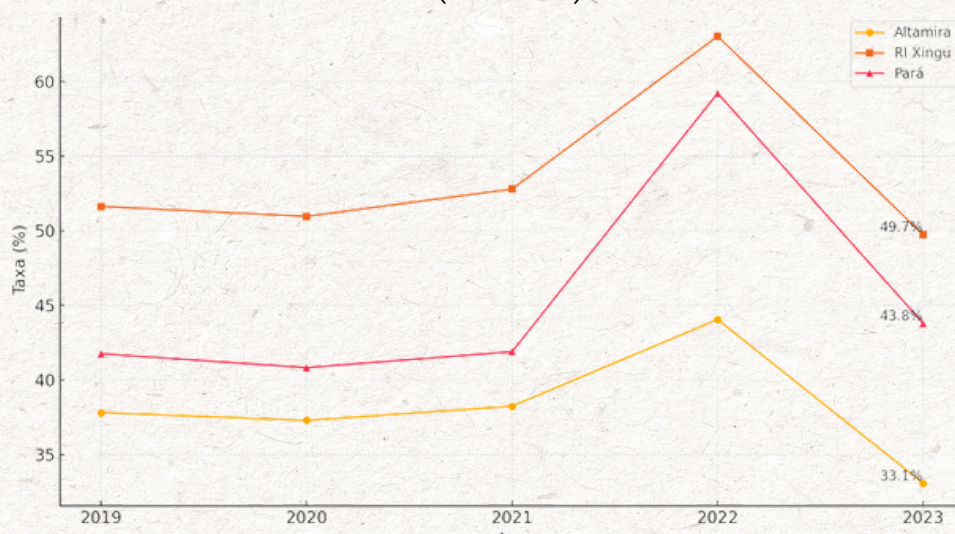


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, Altamira apresentou relativa estabilidade na taxa de pobreza, oscilando levemente entre 38,0% e 38,3%, enquanto a Região de Integração (RI) Xingu manteve valores mais elevados, acima de 51%, também com pouca variação. O estado do Pará como um todo seguiu padrão semelhante, com taxas entre 41,3% e 42,0%. Esse período de estabilidade pode refletir a manutenção de políticas públicas compensatórias ou um equilíbrio momentâneo entre renda e custo de vida, mesmo diante dos primeiros impactos da pandemia (Gráfico 1).

Em 2022, houve um salto expressivo nas taxas de pobreza para os três níveis territoriais. Altamira chegou a 44,1%, a RI Xingu atingiu o pico de 62,0%, e o Pará chegou a 59,6%. Esse aumento pode ser associado à intensificação dos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, como desemprego, redução de renda familiar e aumento da inflação. A Região de Integração Xingu se destacou negativamente com a maior taxa entre os três, evidenciando vulnerabilidades estruturais mais acentuadas (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Já em 2023, observa-se uma forte redução da taxa de pobreza em todos os níveis. Altamira recuou para 33,1%, o menor valor do período; a RI Xingu caiu para 49,7%; e o estado do Pará, para 43,8%. Essa queda pode indicar uma recuperação econômica parcial, aliada à reestruturação de programas sociais, retomada de empregos formais e possível incremento na renda das famílias. Ainda assim, os valores seguem elevados, especialmente na RI Xingu, revelando a persistência da pobreza estrutural (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

O indicador de despesas públicas com serviços essenciais em Altamira inicia o período de análise com um patamar relativamente baixo (58,5% em 2019), inferior à média da RI Xingu (64,5%) e do Pará (62,7%). Até 2020, o percentual se manteve modesto, indicando possível subinvestimento em áreas prioritárias como saúde, educação e saneamento básico. No entanto, esse cenário muda em 2021, quando Altamira dispara para 68,9%, superando os demais territórios (Gráfico 2).

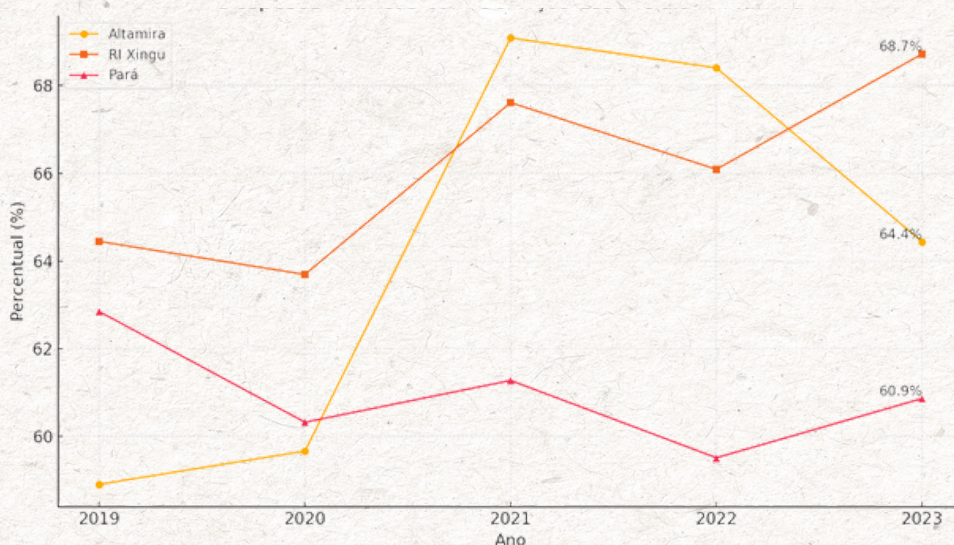
O ano de 2021 marca um ponto de inflexão, em que tanto Altamira quanto a RI Xingu ampliam significativamente

os gastos essenciais (68,9% e 67,8%, respectivamente). Esse aumento pode estar relacionado à resposta emergencial da gestão pública frente à crise sanitária e socioeconômica provocada pela pandemia. A alta manutenção desses níveis em 2022 reforça esse entendimento, apesar de ligeira retração em ambos os territórios. O estado do Pará, em contrapartida, mantém percentuais mais baixos e estáveis durante o período, o que pode sugerir uma menor capacidade ou prioridade de alocação orçamentária nos serviços essenciais (Gráfico 2).

Em 2023, Altamira apresenta uma queda para 64,4%, ao passo que a RI Xingu aumenta seu percentual para 68,7%, alcançando o maior valor da série. Já o Pará apresenta leve recuperação para 60,9%. A oscilação em Altamira pode refletir restrições orçamentárias locais ou mudanças na estratégia de distribuição de recursos, enquanto a elevação na RI Xingu pode indicar continuidade de políticas públicas voltadas à melhoria dos serviços básicos em áreas mais vulneráveis. A estabilidade no estado sugere um padrão de execução orçamentária mais conservador (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Entre 2019 e 2020, Altamira manteve estabilidade na prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, com taxa constante de 6,8%. A RI Xingu e o estado do Pará também apresentaram leve variação, com taxas oscilando entre 6,1% e 6,3% na RI e 7,6% no estado. Esse cenário de estabilidade pode indicar certa manutenção nas condições maternas e nos serviços de atenção pré-natal, ainda que em patamares distintos nos três recortes territoriais (Gráfico 3).

Em 2021, houve um aumento expressivo nesse indicador, especialmente em Altamira, que saltou para 8,2%, superando o valor da RI Xingu (7,9%) e aproximando-se da média es-

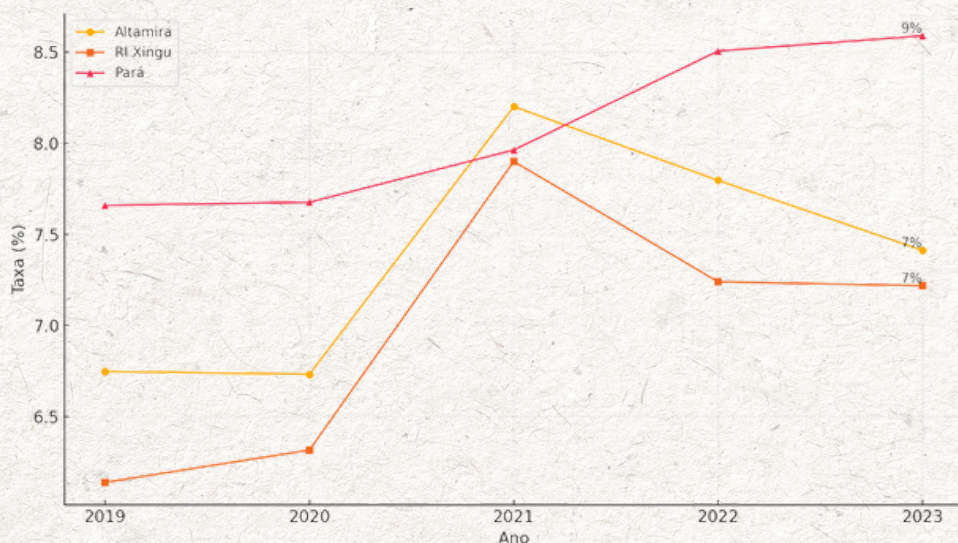
tadual (7,9%). Esse crescimento pode estar associado aos impactos da pandemia de COVID-19, com possíveis prejuízos no acompanhamento gestacional, aumento da insegurança alimentar e sobrecarga do sistema de saúde. A elevação simultânea nos três níveis territoriais aponta para um fator sistêmico que afetou amplamente a saúde materno-infantil (Gráfico 3).

Nos dois anos seguintes, observa-se redução nas taxas de Altamira e da RI Xingu, que recuaram para 7,0% em 2023, sinalizando possível recuperação dos serviços de saúde e melhoria nas condições de assistência à gestação. Por outro lado, a taxa estadual manteve trajetória ascenden-

te, atingindo 9,0% em 2023, o maior valor da série. Esse contraste sugere que, embora Altamira e sua região tenham conseguido reverter parte dos impactos adversos, o estado como um todo ainda enfrenta desafios mais amplos e persistentes nessa área (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

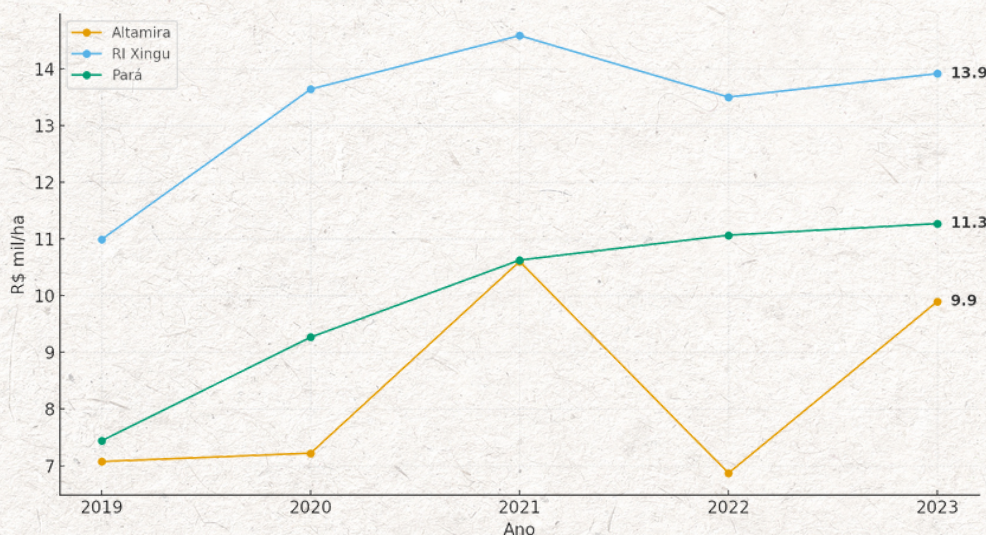
Entre 2019 e 2023, a produtividade agrícola de Altamira apresentou oscilações marcantes, iniciando em R\$ 7,0 mil/hectare e subindo discretamente para R\$ 7,2 mil/ha em 2020. O ápice ocorreu em 2021, quando atingiu R\$ 10,7 mil/ha, resultado de um ciclo produtivo favorável e aumento da eficiência local. No entanto, em 2022 houve queda acentuada para R\$ 6,9 mil/ha, sinalizando impactos climáticos ou redução de área produtiva. Em 2023, o indicador recuperou parte das perdas, alcançando R\$ 9,9 mil/ha. Apesar das variações, o período

revela tendência positiva em relação ao ponto inicial, reforçando um potencial de expansão produtiva gradual (Gráfico 4).

A Região de Integração Xingu manteve desempenho superior e mais estável, iniciando com R\$ 11,0 mil/hectare em 2019 e alcançando R\$ 13,7 mil/ha em 2020. O valor máximo foi registrado em 2021, com R\$ 14,5 mil/ha, seguido de pequena redução para R\$ 13,5 mil/ha em 2022. Em 2023, houve leve recuperação para R\$ 13,9 mil/ha, consolidando a resiliência da região. No estado do Pará, o avanço

foi contínuo, de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Esse crescimento gradual indica melhoria da eficiência técnica e ampliação do uso de práticas agrícolas sustentáveis (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,9 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

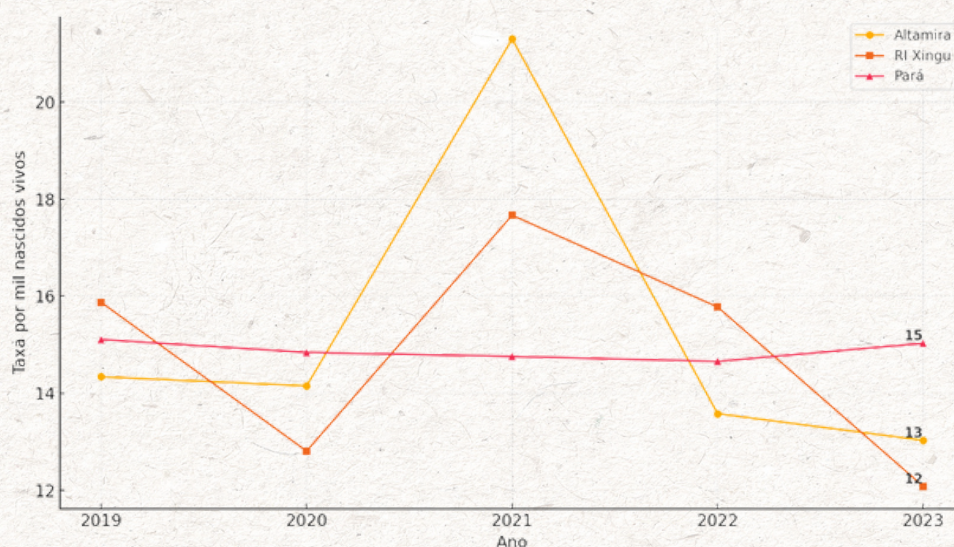
Entre 2019 e 2020, Altamira apresentou estabilidade na taxa de mortalidade infantil, com leve redução de 14,4 para 14,2 por mil nascidos vivos. A RI Xingu teve uma queda mais significativa, saindo de 15,9 para 12,8, enquanto o estado do Pará permaneceu praticamente estável, com pequena oscilação de 15,1 para 14,9. Essa redução nas taxas pode estar associada à manutenção de políticas públicas de atenção básica, vacinação e pré-natal, mesmo nos primeiros meses da pandemia (Gráfico 5).

Contudo, em 2021, Altamira registrou um forte aumento na taxa de mortalidade infantil, alcançando 21,1, o maior valor da série e muito acima dos demais recortes. A RI Xingu também teve elevação, atingindo 17,7. Esses aumentos podem estar diretamente relacionados aos impactos da pandemia de COVID-19, com a sobrecarga do sistema de saúde, interrupção de serviços essenciais e dificuldades no acesso a cuidados neonatais, sobretudo em áreas com menor estrutura hospitalar (Gráfico 5).



A partir de 2022, observa-se uma significativa melhora em Altamira, com redução da taxa para 13,6 em 2022 e 13,0 em 2023. A RI Xingu também recuou para 12,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou pequena alta no último ano, atingindo 15,0. A expressiva queda nos níveis municipal e regional sugere retomada dos serviços de saúde e maior capacidade de resposta local. Altamira, que havia tido desempenho crítico em 2021, passa a apresentar taxas inferiores à média estadual nos dois últimos anos da série (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

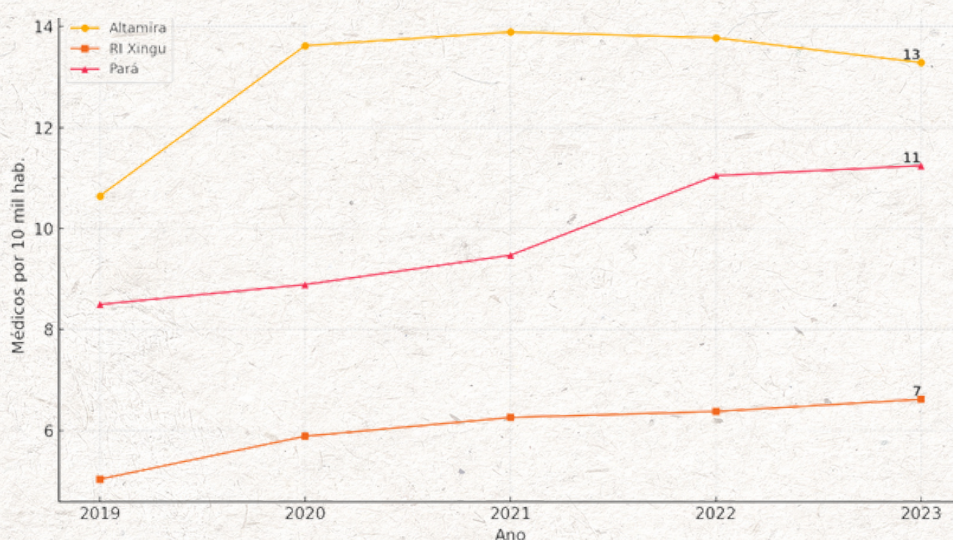
Altamira iniciou o período analisado com uma proporção de 10,7 médicos por 10 mil habitantes em 2019, já acima das médias da RI Xingu (5,0) e do estado do Pará (8,5). Em 2020, houve uma ampliação significativa na oferta de médicos em Altamira, chegando a 13,8, mantendo-se superior aos demais recortes durante todo o período analisado. Esse avanço pode indicar esforços locais na atração e fixação de profissionais, possivelmente por meio de programas federais ou incentivos municipais (Gráfico 6).

A partir de 2021, o número de médicos por 10 mil habitantes em Altamira manteve-se praticamente estável, oscilando entre 14,1 e 13,0 até 2023. Já a RI Xingu apresentou crescimento gradual e consistente, saindo de 6,3 em 2021 para 7,0 em 2023. O estado do Pará também mostrou avanço, com incremento contínuo até alcançar 11,3 em 2023. Essa tendência geral de crescimento revela investimentos em ampliação da rede de atenção à saúde e expansão do acesso, ainda que de forma desigual entre os territórios (Gráfico 6).



Apesar da leve queda recente em Altamira, o município segue com uma das maiores proporções de médicos da região. A diferença entre Altamira e sua RI indica possível concentração de profissionais em centros urbanos maiores, enquanto áreas mais periféricas ainda enfrentam escassez. O crescimento mais acelerado nos níveis estadual e regional evidencia a ampliação gradual da cobertura médica, o que pode estar diretamente associado à melhoria de indicadores de saúde, como a própria redução da mortalidade infantil observada nos últimos anos (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

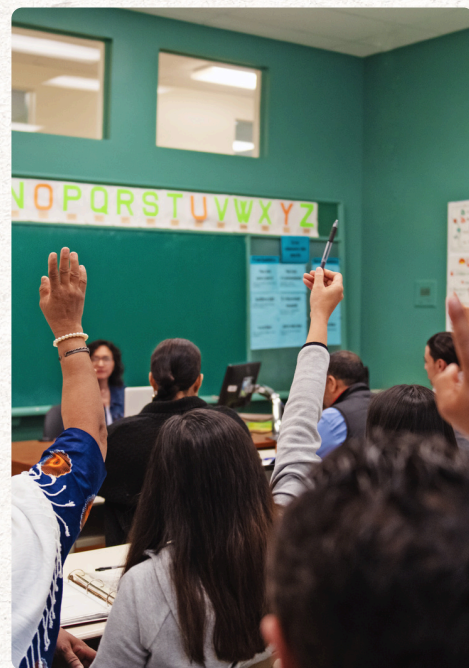
Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2021, Altamira manteve certa estabilidade no número de vagas no ensino público por mil habitantes, oscilando levemente entre 238,2 e 235,4. A Região de Integração (RI) Xingu apresentou leve crescimento, passando de 267,2 para 270,2 no mesmo período, mantendo-se como o território com maior oferta proporcional. O estado do Pará, por sua vez, oscilou em torno de 210 vagas, com leve recuperação em 2021. Esse período demonstra um cenário de manutenção da oferta educacional, mesmo diante das dificuldades impostas pela pandemia (Gráfico 7).

Em 2022, houve uma leve queda em Altamira, que passou para 218,5 vagas, ficando abaixo da média da RI Xingu e próxima da estadual, que su-

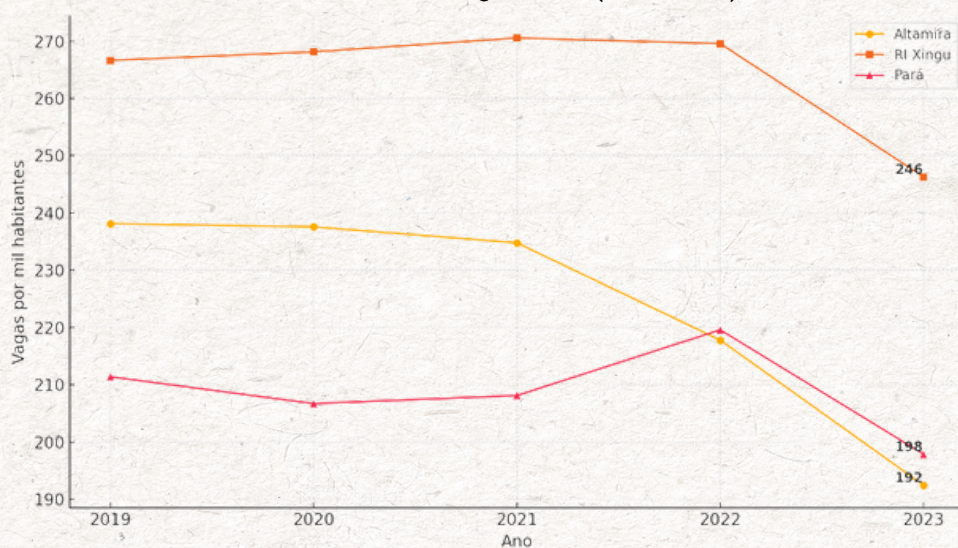
biu para 219,5. Esse comportamento pode refletir ajustes nas matrículas presenciais com a retomada gradual das atividades escolares, ainda sob os efeitos da reorganização da rede educacional pós-pandemia. A RI Xingu manteve-se ainda como destaque positivo, com um patamar elevado (quase 270 vagas), refletindo maior capacidade de oferta educacional na região (Gráfico 7).

Contudo, em 2023, os três territórios apresentaram redução simultânea e significativa. Altamira caiu para 192,1 vagas por mil habitantes, Pará para 198,0 e a RI Xingu para 246,1. Essa queda generalizada pode indicar fatores como fechamento de turmas, redução demográfica em idade escolar, limitação



de recursos ou reestruturas na rede pública. A diminuição mais intensa em Altamira reforça a necessidade de atenção à sustentabilidade da oferta educacional, especialmente em um contexto de recuperação do sistema após o período pandêmico (Gráfico 7).

Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 192 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

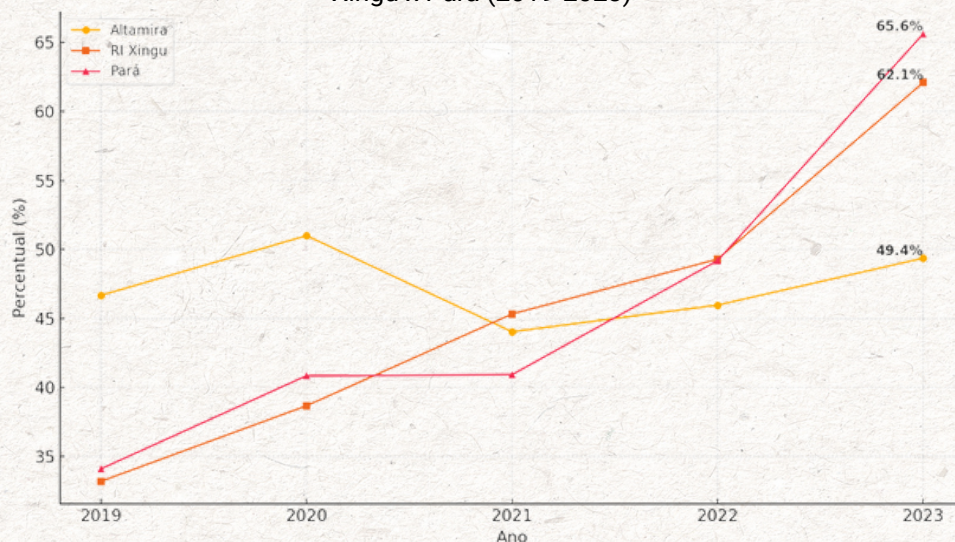
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, Altamira apresentava um percentual de 46,5% de escolas com acesso à internet, valor consideravelmente superior à média da RI Xingu (33,0%) e do Pará (34,0%). Em 2020, esse percentual subiu para 51,0%, refletindo esforços de ampliação da conectividade no contexto do ensino remoto emergencial, causado pela pandemia da COVID-19. A RI e o estado também aumentaram seus percentuais, embora ainda permanecessem abaixo dos níveis de Altamira (Gráfico 8).

No entanto, em 2021, Altamira sofreu uma queda no indicador, passando para 44,3%, ao contrário da tendência de crescimento contínuo observada na RI Xingu (45,5%) e no Pará (41,0%). Essa retração pode ter sido causada por interrupções nos contratos de conectividade ou dificuldades logísticas na manutenção dos serviços nas escolas. A RI Xingu superou Altamira a partir desse ponto, com crescimento contínuo e expressivo nos anos seguintes (Gráfico 8).

Em 2023, os avanços nas escolas com acesso à internet foram notáveis nos três níveis. A RI Xingu chegou a 62,1%, e o estado do Pará alcançou 65,6%, ambos com crescimento acelerado nos dois últimos anos. Em contraste, Altamira retomou o crescimento, mas em ritmo menor, atingindo 49,4%, ficando abaixo das médias regional e estadual. Essa diferença evidencia a necessidade de investimentos locais mais robustos em infraestrutura digital nas escolas, fator essencial para a modernização do ensino e redução das desigualdades tecnológicas no ambiente educacional (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



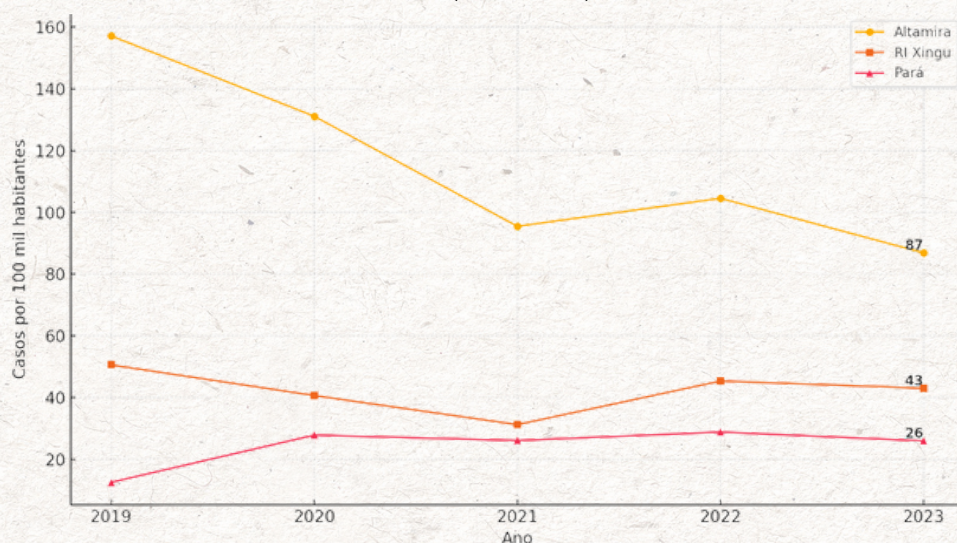
Em 2019, Altamira apresentava um índice alarmante de violência contra a mulher por parceiros: 157,9 casos por 100 mil habitantes, muito acima dos valores da Região de Integração Xingu (51,0) e do estado do Pará (13,1). Nos anos seguintes, o município registrou quedas sucessivas, atingindo 95,6 em 2021, o que representa uma redução significativa, embora ainda em patamar elevado. Esse movimento pode ter sido impulsionado por ações locais de combate à violência, campanhas de conscientização ou maior efetividade na rede de proteção (Gráfico 9).



Em 2022, no entanto, Altamira voltou a registrar crescimento nesse tipo de violência, alcançando 105,3 casos, enquanto a RI Xingu também subiu para 45,5. Já o estado do Pará manteve-se em patamar relativamente baixo, em torno de 29,3. Esse aumento pode estar relacionado ao relaxamento das medidas de restrição pós-pandemia, que expôs com maior visibilidade situações de violência anteriormente subnotificadas, ou ainda à fragilidade das políticas públicas de apoio às mulheres em determinados territórios (Gráfico 9).

No ano de 2023, Altamira voltou a reduzir seu índice para 87,1, mantendo a tendência de queda, mas ainda distante dos padrões regionais e estaduais. A RI Xingu e o Pará apresentaram certa estabilidade, com 43,1 e 26,1 casos, respectivamente. Os dados reforçam a persistência da violência de gênero em Altamira em níveis críticos, o que aponta para a necessidade urgente de políticas inter-setoriais mais efetivas, ampliação da rede de apoio e fortalecimento dos mecanismos de denúncia e acolhimento (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 87 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

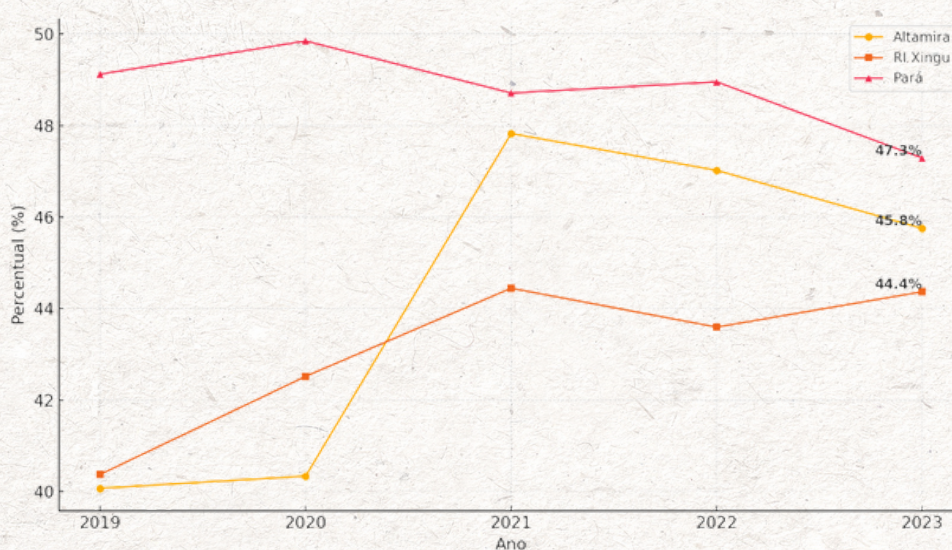
Altamira iniciou o período analisado com 40,0% dos cargos gerenciais ocupados por mulheres em 2019, valor inferior ao da RI Xingu (40,4%) e do estado do Pará (49,0%). Em 2020, houve leve crescimento local para 40,3%, seguido por uma elevação expressiva em 2021, quando o percentual saltou para 47,8%, superando a média da RI Xingu (44,4%) e aproximando-se da estadual (48,4%). Esse avanço sugere um momento de valorização da liderança feminina em espaços decisórios no município (Gráfico 10).



Nos anos seguintes, Altamira apresentou pequena oscilação negativa, caindo para 47,0% em 2022 e 45,8% em 2023. Apesar da leve redução, o patamar permanece elevado em comparação ao início da série e ainda acima da média da RI Xingu, que encerrou 2023 com 44,4%. O estado do Pará também registrou pequena queda, mas manteve-se em posição de destaque, com 47,3% de ocupação feminina em cargos gerenciais, indicando uma tendência geral de inserção das mulheres em posições de comando no setor público e privado (Gráfico 10).

A trajetória de Altamira nesse indicador evidencia um avanço importante na participação feminina em espaços de liderança, ainda que sujeito a variações pontuais. A manutenção de políticas de equidade de gênero, programas de capacitação e incentivo à ascensão profissional feminina são fundamentais para consolidar esse progresso e garantir a presença feminina em cargos estratégicos de maneira estruturada e sustentável, contribuindo para a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O município de Altamira apresentou evolução expressiva no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto, saindo de 19,8% em 2019 para 41,2% em 2023. O crescimento foi contínuo ao longo dos anos, com destaque para o salto entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 27,8% para 37,4%. Essa trajetória ascendente revela uma ampliação significativa da cobertura de serviços de saneamento direcionados à população mais vulnerável, evidenciando priorização desse público em políticas de infraestrutura urbana (Gráfico 11).



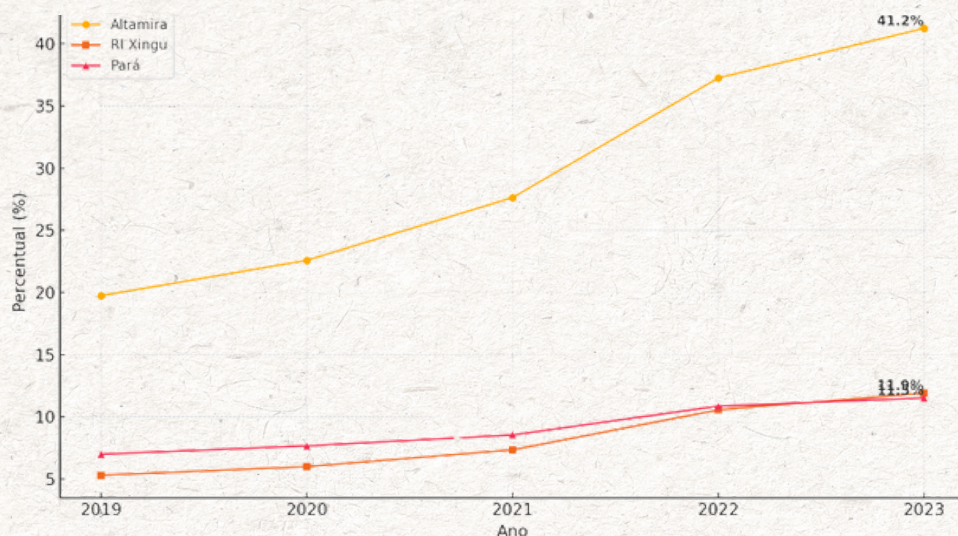
Na Região de Integração Xingu, o crescimento também foi positivo, embora mais modesto. O percentual passou de 5,3% em 2019 para 11,8% em 2023. O estado do Pará teve trajetória semelhante à da RI, com avanço de 7,0% para 11,4% no mesmo período. Embora as melhorias sejam evidentes, os patamares ainda baixos nos dois recortes indicam que grande parte da população de baixa renda continua excluída do acesso ao serviço básico de coleta de

esgoto (Gráfico 11).

A comparação entre os territórios destaca Altamira como um caso atípico positivamente, com desempenho muito acima das médias regional e estadual. A diferença entre os percentuais mostra que Altamira pode estar se beneficiando de investimentos concentrados ou de políticas locais mais eficazes para inclusão sanitária de populações vulneráveis. Ainda assim, mesmo com os avanços, quase 60% da população de baixa

renda do município ainda não possui acesso à coleta de esgoto, revelando que o desafio permanece relevante (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Altamira apresentou um comportamento oscilante no gasto per capita com saneamento básico entre 2019 e 2023. O valor caiu de R\$ 54,2 em 2019 para apenas R\$ 14,0 em 2021, refletindo um possível recuo nos investimentos diretos no setor naquele período. A partir de 2022, verifica-se uma recuperação considerável, com o gasto atingindo R\$ 76,2 em 2023 – o maior valor da série para o município. Essa retomada pode ter sido motivada por programas de ampliação da infraestrutura de esgoto ou reestruturação orçamentária pós-pandemia (Gráfico 12).

Na RI Xingu, o padrão foi similar, com valores mais baixos que os de Altamira em todos os anos analisados. O gasto por habitante começou

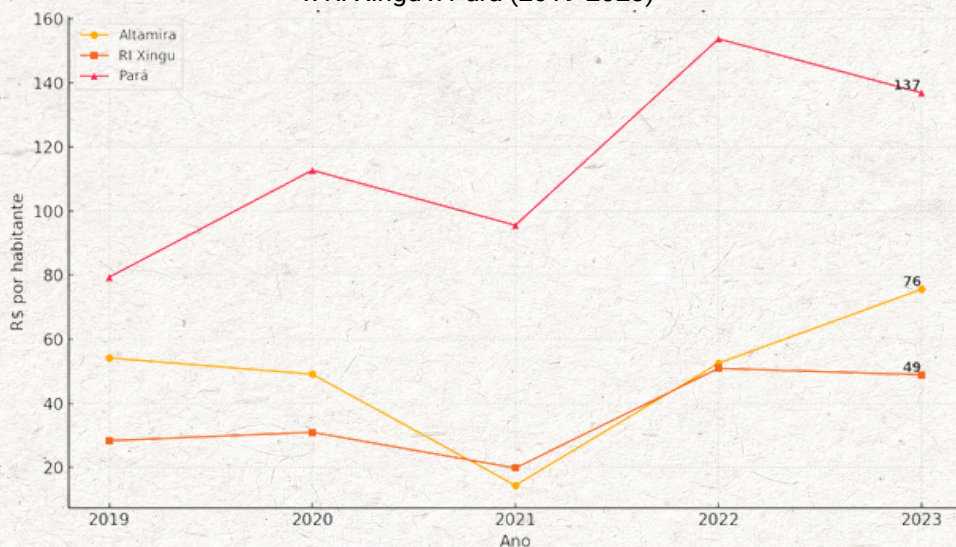
em R\$ 28,2 em 2019, subiu levemente até R\$ 31,0 em 2020, e caiu para R\$ 20,0 em 2021. Em 2022, houve avanço expressivo (R\$ 51,5), mas em 2023 os investimentos voltaram a recuar levemente para R\$ 48,9. Apesar da recuperação, o nível de gasto permanece inferior ao de Altamira, o que ajuda a explicar o desempenho mais discreto da RI no acesso à coleta de esgoto (Gráfico 12).

Já o estado do Pará apresenta gastos significativamente superior em relação aos demais recortes em todo o período, atingindo picos de R\$ 152,4 em 2022 e mantendo R\$ 137,0 em 2023. Esse investimento elevado, no entanto, ainda não se traduziu em cobertura proporcional da popu-

lação vulnerável com coleta de esgoto, como se observa no gráfico anterior. Isso sugere possíveis ineficiências na alocação dos recursos estaduais ou dificuldades operacionais na execução de obras, especialmente em áreas de difícil acesso ou com baixa densidade populacional (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 76/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



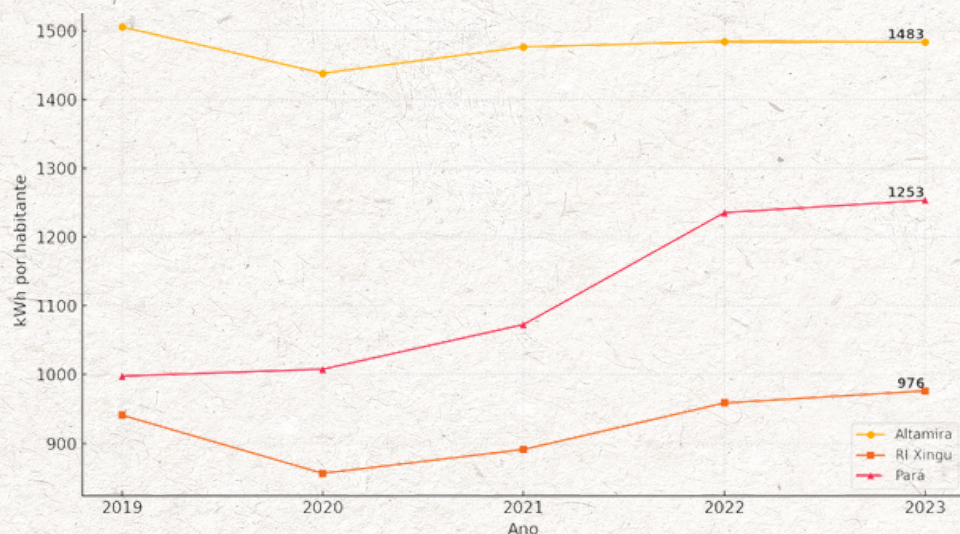
Altamira apresentou os maiores valores de consumo per capita de energia elétrica entre os três níveis territoriais ao longo de todo o período analisado. Em 2019, o consumo era de 1503 kWh/hab., seguido de uma leve queda em 2020 (1443 kWh/hab.), provavelmente em decorrência de restrições econômicas associadas à pandemia. A partir de 2021, o consumo voltou a crescer gradualmente, atingindo 1483 kWh/hab. em 2023, valor ainda inferior ao de 2019, mas indicando tendência de recuperação (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

A Região de Integração (RI) Xingu teve comportamento mais oscilante. Em 2019, o consumo era de 936 kWh/hab., caindo para 856 kWh/hab. em 2020 e atingindo o menor valor da série. Em seguida, observou-se um crescimento progressivo até alcançar 976 kWh/hab. em 2023. Apesar da melhora, os níveis seguem bem abaixo dos registrados em Altamira, o que pode indicar desigualdades no acesso ou na intensidade do uso energético, associadas a fatores econômicos e infraestruturais (Gráfico 13).

Já o estado do Pará apresentou crescimento contínuo ao longo de todo o período, partindo de 995 kWh/hab. em 2019 para 1253 kWh/hab. em 2023. Esse comportamento revela uma ampliação geral do consumo no estado, possivelmente vinculada à urbanização, eletrificação de áreas anteriormente não atendidas e maior acesso a eletrodomésticos e serviços. Mesmo com o crescimento expressivo, os níveis estaduais permanecem inferiores aos de Altamira, reforçando a posição diferenciada do município em termos de consumo energético per capita (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.483 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Altamira apresentou uma das menores proporções de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil ao longo de todo o período, iniciando com 3,6% em 2019 e reduzindo gradativamente até atingir 3,1% em 2023. Apesar de uma leve oscilação em 2021 (aumento para 3,9%), o indicador mostra uma tendência de queda, sugerindo melhorias no acesso à energia elétrica e substituição de fontes precárias por alternativas mais modernas e seguras (Gráfico 14).



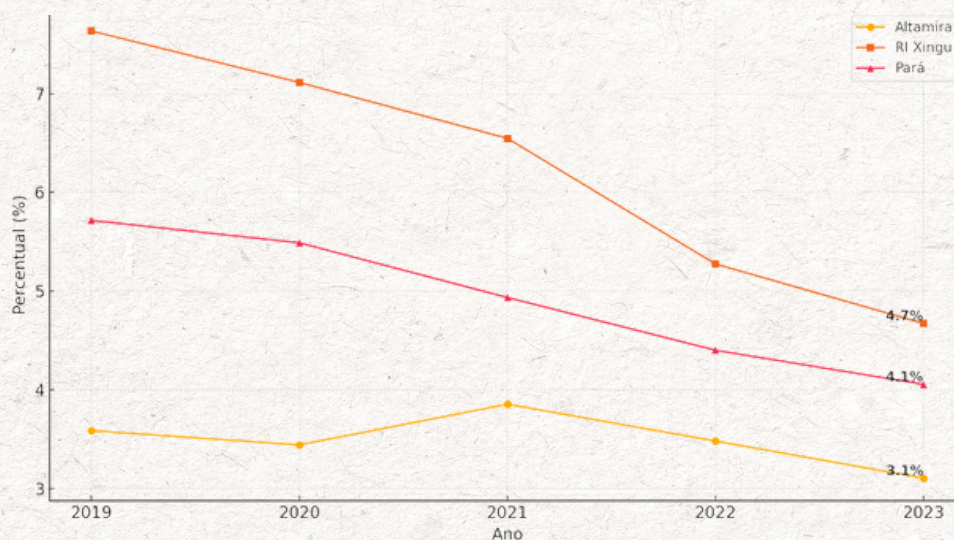
Na Região de Integração Xingu, os percentuais foram significativamente mais altos, partindo de 7,6% em 2019 e chegando a 4,7% em 2023. Apesar da redução expressiva, os números ainda indicam que uma parcela importante da população de baixa renda continua utilizando fontes fósseis de iluminação, como lamparinas e querosene, o que aponta para desigualdades territoriais no acesso à energia de qualidade e nos processos de eletrificação rural (Gráfico 14).

O estado do Pará apresentou evolução semelhante à da RI

Xingu, mas com percentuais intermediários. Em 2019, o índice era de 5,7%, caindo de forma contínua até alcançar 4,1% em 2023. Essa tendência positiva indica que, em âmbito estadual, vêm sendo realizados esforços para ampliar a cobertura energética. No entanto, a persistência do uso de fontes fósseis em mais de 4% dos domicílios de baixa renda revela que ainda existem barreiras estruturais e territoriais a serem superadas, sobretudo em áreas isoladas ou com baixa densidade populacional (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



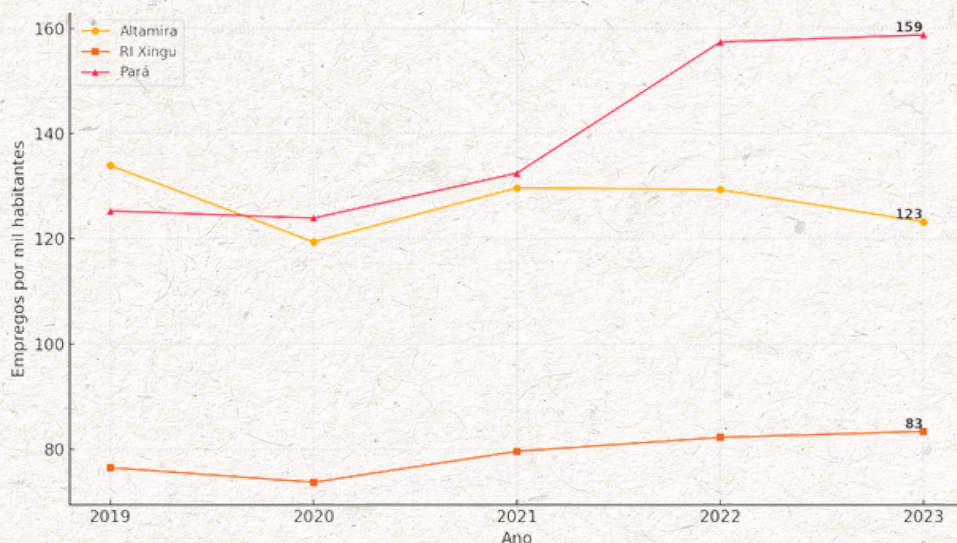
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2020, o município de Altamira apresentou uma queda na taxa de empregos formais por mil habitantes, passando de 134 para 120. Essa redução reflete, possivelmente, os primeiros impactos da crise econômica gerada pela pandemia da COVID-19, com fechamento de postos de trabalho e retração da atividade econômica local. A Região de Integração (RI) Xingu também apresentou queda nesse período, passando de 77 para 74 empregos formais por mil habitantes, enquanto o estado do Pará teve leve recuo, de 125 para 124 (Gráfico 15).

A partir de 2021, observa-se uma recuperação gradual em todos os níveis territoriais. Altamira subiu para 130 empregos formais por mil habitantes e manteve esse nível em 2022, mostrando uma relativa estabilidade na retomada da formalização do mercado de trabalho. O estado do Pará, por sua vez, apresentou crescimento mais expressivo, com avanço contínuo até alcançar 159 empregos formais por mil habitantes em 2023 — o maior valor entre os recortes analisados. A RI Xingu também cresceu, ainda que em menor ritmo, atingindo 83 empregos formais por mil habitantes em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

absorção formal da mão de obra. Mesmo assim, permanece acima da média da RI Xingu, mas agora abaixo do patamar estadual. Esse comportamento sugere que, enquanto o estado do Pará como um todo tem experimentado uma expansão relevante do emprego formal, Altamira enfrenta desafios específicos que limitam seu desempenho recente no mercado de trabalho com carteira assinada (Gráfico 15).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 123 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita



O PIB per capita de Altamira apresentou relativa estabilidade entre 2018 e 2019, mantendo-se em torno de R\$ 24.000. Em 2020, no entanto, houve uma queda significativa para aproximadamente R\$ 22.000, refletindo provavelmente os impactos econômicos da pandemia da COVID-19, que afetaram fortemente as atividades produtivas locais. Em 2021, o indicador se recuperou fortemente, atingindo cerca de R\$ 26.500, mas voltou a recuar em 2022 para R\$ 24.207, revelando uma os-

cilação que pode estar relacionada à estrutura econômica dependente de setores com maior vulnerabilidade à variação de preços ou à sazonalidade (Gráfico 16).

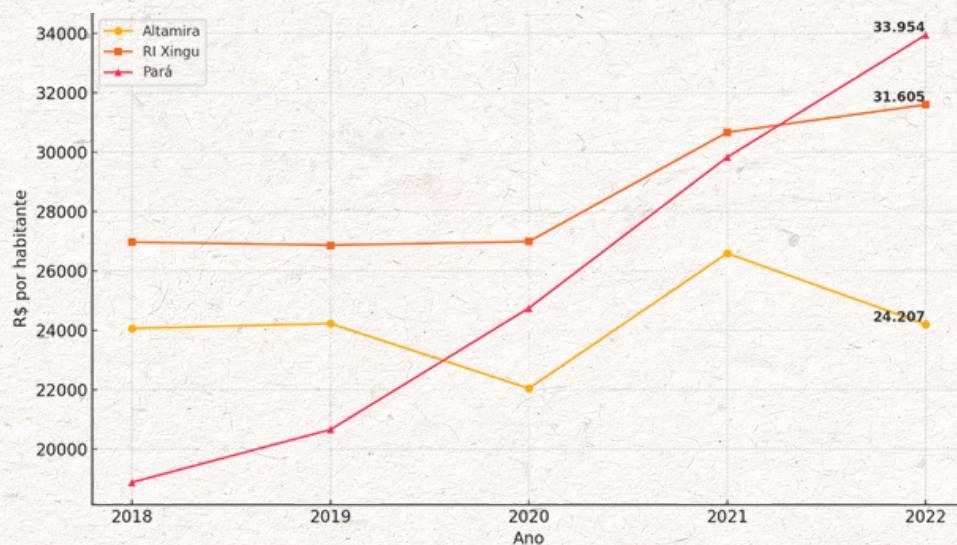
Na Região de Integração Xingu, o PIB per capita manteve-

se relativamente estável de 2018 a 2020, com uma leve oscilação entre R\$ 26.700 e R\$ 27.000. A partir de 2021, observa-se um crescimento expressivo, chegando a R\$ 31.605 em 2022. Esse aumento pode estar relacionado ao desempenho de atividades econômicas de maior peso regional, como a mineração, a agropecuária e geração de energia, que ganharam fôlego com a reabertura da economia e a valorização de commodities (Gráfico 16).



O estado do Pará teve um dos crescimentos mais notáveis no período analisado. Partindo de um PIB per capita de cerca de R\$ 19.000 em 2018, o estado alcançou R\$ 33.954 em 2022, com crescimento contínuo ao longo de todos os anos. Isso revela uma dinâmica estadual fortemente influenciada por setores extrativos e pela expansão das exportações. O desempenho do Pará contrasta com o padrão mais instável de Altamira, mostrando que, apesar de integrarem a mesma estrutura regional, os municípios podem responder de forma bastante distinta à dinâmica econômica estadual (Gráfico 16).

Gráfico16 - PIB per capita, Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 24.207/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



Entre 2018 e 2022, o valor adicionado da indústria no município de Altamira, como percentual do PIB, apresentou trajetória descendente. Em 2018, o índice era de 25,3%, caindo para 19,1% em 2019. O recuo se acentuou em 2020, quando o indicador atingiu 13,8%. Em 2021, houve uma leve recuperação para 14,3%, porém, em 2022, observou-se nova queda, alcançando o menor valor da série: 8,9%. Essa redução reflete um processo de desindustrialização relativa ou perda de dinamismo do setor industrial local. A diminuição pode estar associada a fatores como redução da atividade de grandes

empreendimentos, menor investimento no setor ou crescimento proporcional de outros setores (Gráfico 17).

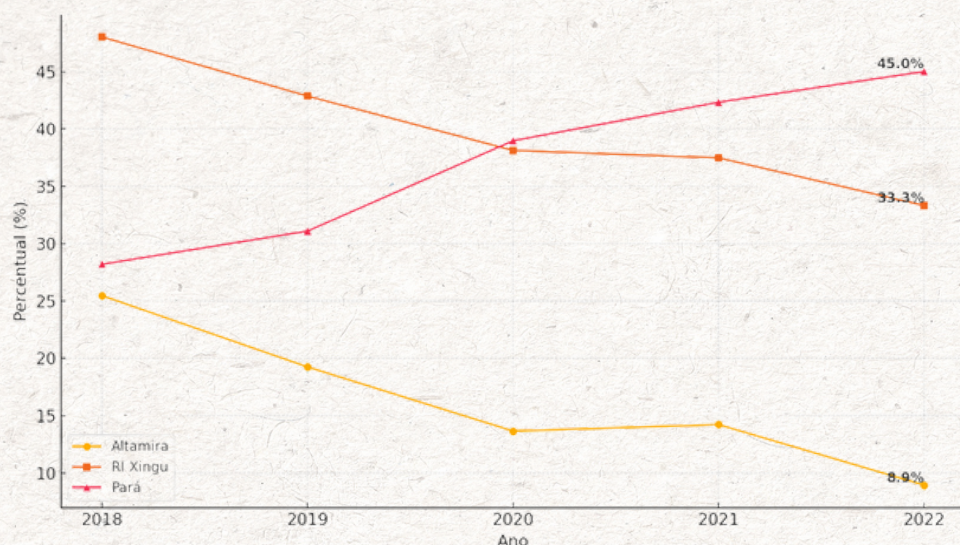
Na Região de Integração do Xingu, o valor adicionado da indústria também apresentou queda no período, porém com ritmo mais moderado que o de Altamira. Em 2018, o setor representava 47,7% do PIB regional, caindo para 43,1% em 2019. A maior inflexão ocorreu em 2020, quando o índice atingiu 38,3%. Nos anos seguintes, o indicador seguiu em declínio, registrando 37,3% em 2021 e 33,3% em 2022. A retração acumulada foi de 14,4 pontos percentuais. Apesar disso, o setor industrial ainda

mantém participação significativa na economia regional, sendo superior a um terço do PIB em 2022 (Gráfico 17).

No estado do Pará, o comportamento foi oposto ao observado nos demais níveis. O valor adicionado da indústria no PIB estadual cresceu de forma contínua. Em 2018, o índice era de 28,1%, subindo para 31,1% em 2019. O crescimento se intensificou em 2020, quando atingiu 38,9%, seguido de 42,3% em 2021 e, por fim, alcançando 45,0% em 2022. O aumento acumulado de 16,9 pontos percentuais mostra forte expansão da indústria na composição econômica do estado. Esse movimento pode estar relacionado ao fortalecimento de segmentos industriais de grande porte, como mineração e metalurgia, em especial na região sudeste do estado (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2020, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Altamira manteve-se estável, em torno de 11,5. Na mesma direção, a Região de Integração (RI) Xingu apresentou também estabilidade nesse período, com cerca de 8,3 profissionais por 100 mil habitantes. Já o estado do Pará teve ligeira queda, passando de 16,6 em 2019 para 16,0 em 2020. Esse comportamento geral indica



um cenário de baixa variação na presença desses profissionais, possivelmente refletindo a estabilidade na oferta de oportunidades de pesquisa ou ensino superior nos territórios (Gráfico 18).

O ano de 2021 marcou um pico relevante em Altamira, com o indicador saltando para 18,7 profissionais por 100 mil habitantes, superando inclusive a média estadual (17,9). Es-

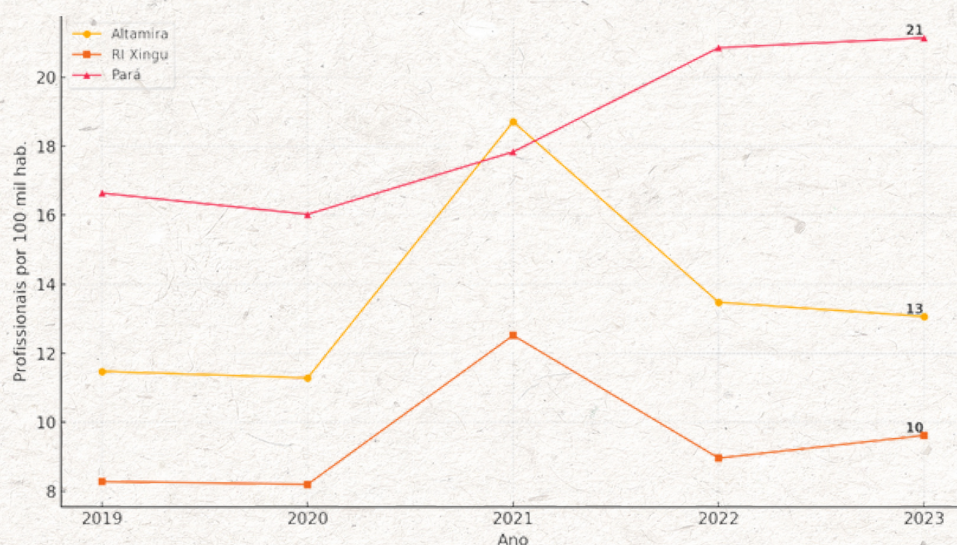
se crescimento pode ter sido impulsionado por políticas locais de incentivo à pesquisa, ampliação de programas de pós-graduação ou ingresso de novos pesquisadores vinculados a instituições acadêmicas ou centros técnicos. A RI Xingu também registrou aumento expressivo, chegando a 12,5, o que pode indicar um movimento regional de valorização ou interiorização das atividades científicas naquele ano (Gráfico 18).

Nos anos seguintes, tanto Altamira quanto a RI Xingu voltaram a apresentar queda no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. Em 2023, Altamira atingiu 13 e a RI Xingu 10, enquanto o estado do Pará continuou





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

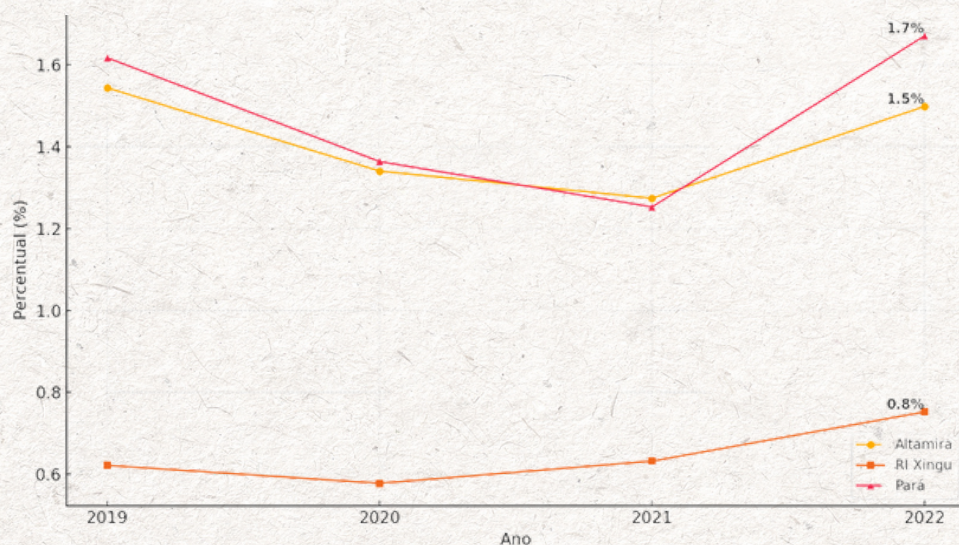
Entre 2019 e 2020, o indicador de massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB apresentou queda nos três recortes territoriais. Em Altamira, houve redução de 1,55% para 1,35%, acompanhando a tendência do estado do Pará (de 1,62% para 1,36%) e da Região de Integração Xingu (de 0,62% para 0,57%). Essa diminuição pode ser atribuída aos efeitos da pandemia da COVID-19 sobre o mercado de trabalho formal, com retração nas contratações e impactos diretos na remuneração média dos trabalhadores em relação ao desempenho econômico geral (Gráfico 19).

No ano de 2021, a tendência de queda foi mantida em Altamira, que atingiu o menor valor da série, com 1,27%. A RI Xingu manteve-se em patamar muito inferior, com 0,63%, enquanto o estado do Pará caiu para 1,26%. Esse comportamento indica que, mesmo com o início da retomada econômica, a recuperação dos salários formais não acompanhou imediatamente a recuperação do PIB, o que pode refletir um crescimento econômico puxado por setores de baixa intensidade em emprego formal ou com altos níveis de informalidade (Gráfico 19).

Em 2022, houve uma reversão dessa tendência, com cresci-

cimento expressivo do indicador em todos os níveis. Altamira subiu para 1,50%, a RI Xingu alcançou 0,76%, e o Pará atingiu 1,70% — o maior valor do período. Essa retomada pode estar ligada à recuperação do mercado formal de trabalho, com recomposição salarial, aumento nas contratações e possível valorização de setores com maior capacidade de geração de empregos formais. Mesmo assim, a persistente diferença entre Altamira e sua região indica uma maior concentração das remunerações formais no município em relação ao seu entorno imediato (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

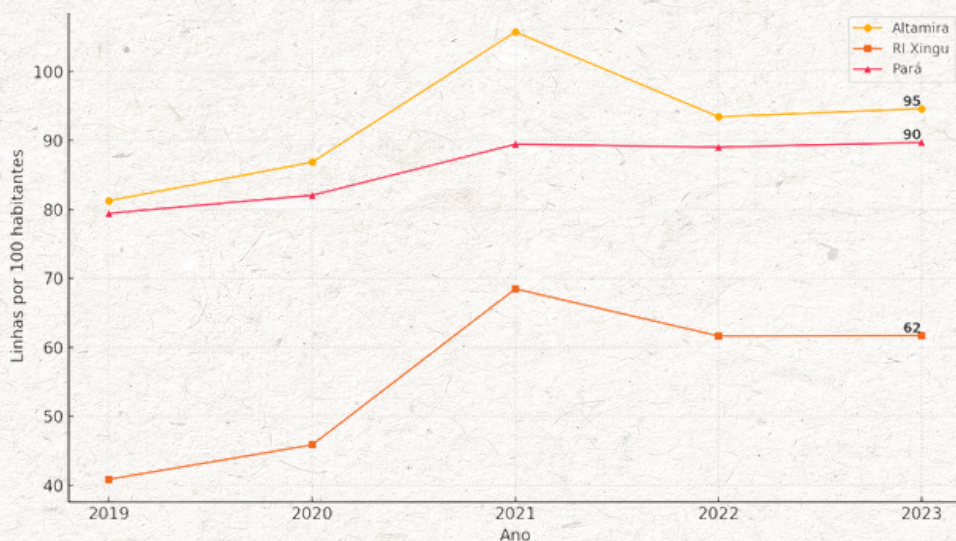
O acesso à telefonia móvel em Altamira apresentou trajetória crescente entre 2019 e 2021, passando de 81 para 105 linhas móveis por 100 habitantes. Esse crescimento reflete a expansão da cobertura e da demanda por conectividade, possivelmente intensificada durante o período da pandemia, quando o uso de tecnologias de comunicação se tornou ainda mais essencial para atividades cotidianas, trabalho e estudo. No entanto, em 2022 houve recuo para 93 linhas, com leve recuperação em 2023 (95 linhas), sugerindo uma estabilização no acesso após o pico observado (Gráfico 20).

A Região de Integração (RI) Xingu, apesar de também apresentar crescimento no mesmo período inicial, partiu de um patamar muito inferior (41 linhas por 100 hab. em 2019) e atingiu o pico de 68 em 2021. Em 2022 e 2023, o indicador estabilizou-se em 62 linhas, o que evidencia uma lacuna significativa em relação a Altamira e ao estado como um todo. Essa diferença pode estar relacionada a fatores como menor densidade populacional, infraestrutura precária ou barreiras geográficas que dificultam a ampliação do serviço (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 95 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Altamira iniciou o período de 2019 com uma despesa per capita de R\$ 59 nessa categoria, mas apresentou queda nos dois anos seguintes, atingindo apenas R\$ 39 em 2021 — o menor valor da série. Esse recuo pode estar relacionado à reorientação de prioridades orçamentárias durante os anos críticos da pandemia, com redirecionamento de recursos para áreas essenciais como saúde e assistência social. No entanto, a partir de 2022 houve uma inflexão significativa: a despesa saltou para R\$ 87 e, em 2023, chegou a R\$ 114 por habitante, indicando retomada e valorização dessas políticas

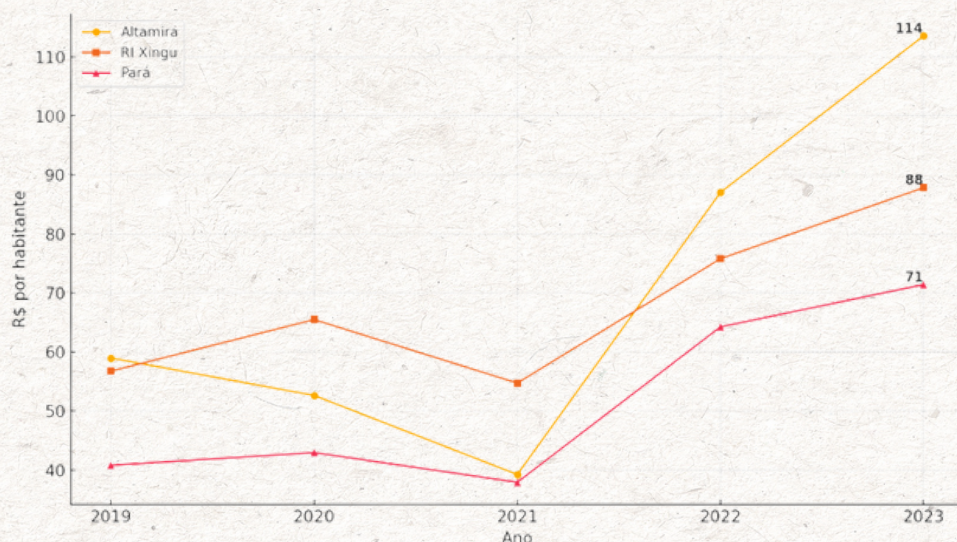
públicas (Gráfico 21).

Na RI Xingu, o comportamento foi mais estável e com crescimento gradual. Após um aumento de R\$ 56 em 2019 para R\$ 66 em 2020, houve uma leve queda em 2021, mas a trajetória ascendente foi retomada com força nos anos seguintes, chegando a R\$ 88 em 2023. Esse crescimento pode estar relacionado ao fortalecimento das políticas ambientais e culturais em resposta às demandas regionais e à maior descentralização de recursos, principalmente com foco em territórios com alta relevância ambiental e diversidade cultural (Gráfico 21).

Já o estado do Pará teve a menor média de despesa per capita entre os três recortes, partindo de R\$ 41 em 2019 e alcançando R\$ 71 em 2023. Ainda que tenha demonstrado crescimento contínuo, especialmente a partir de 2021, os valores estaduais seguem abaixo dos observados em Altamira e na RI Xingu. Esse cenário indica que, apesar do avanço, o nível de investimento estadual ainda precisa ser ampliado para alcançar maior equidade territorial na oferta de políticas públicas voltadas à cultura e ao meio

ambiente, especialmente em regiões mais sensíveis ou com patrimônio ambiental e socio-cultural relevante (Gráfico 21).

Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



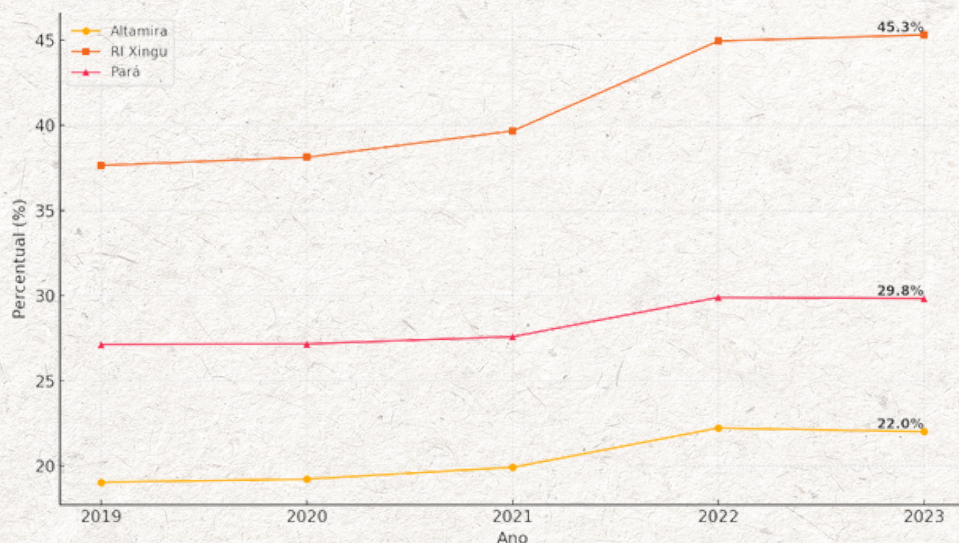
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Entre 2019 e 2023, Altamira apresentou um crescimento contínuo no percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo, partindo de 19,0% em 2019 e alcançando 22,0% em 2023. Embora a variação absoluta seja moderada, o crescimento consistente indica limitações no acesso a serviços regulares de coleta de resíduos sólidos por essa parcela da população, o que acarreta práticas alternativas ambientalmente inadequadas. A ausência de infraestrutura apropriada em áreas periféricas ou rurais pode explicar esse comportamento (Gráfico 22).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o indicador é ainda mais elevado e cresceu de forma acentuada: passou de 37,5% em 2019 para 45,3% em 2023. Esse aumento revela uma fragilidade mais ampla na estrutura regional de gestão de resíduos sólidos, especialmente para comunidades de baixa renda, que continuam a depender de métodos rudimentares para descarte de lixo. A elevação mais intensa a partir de 2021 pode estar associada à pressão sobre os serviços públicos gerada pela pandemia, ou à expansão urbana não acompanhada por infraestrutura básica (Gráfico 22).

O estado do Pará como um todo também apresentou crescimento, embora mais moderado: o percentual subiu de 27,1% para 29,8% entre 2019 e 2023. Esse padrão evidencia um problema estrutural que persiste no estado, especialmente nas áreas mais vulneráveis socialmente. A tendência crescente nos três recortes territoriais sugere que políticas públicas de inclusão sanitária e ampliação da coleta domiciliar de lixo precisam ser reforçadas com foco territorial e social, considerando as especificidades de acesso da população de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

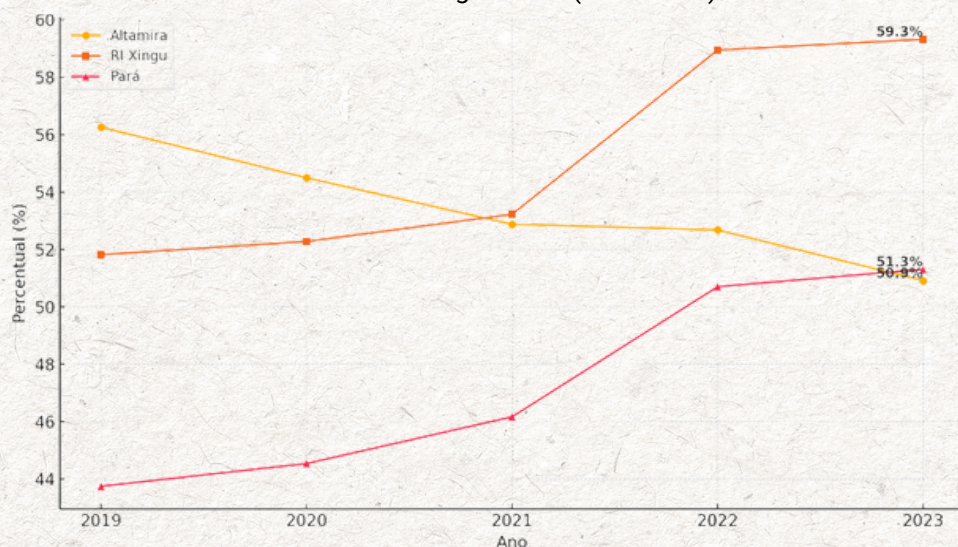
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Altamira iniciou o período com 56,2% da população de baixa renda utilizando fossas rudimentares, número que recuou gradualmente até 2023, chegando a 50,9%. Essa queda de mais de 5 pontos percentuais em cinco anos, embora positiva, ainda deixa metade da população de baixa renda do município sem acesso a soluções sanitárias adequadas. A redução sugere a realização de melhorias pontuais em saneamento, mas também revela que o ritmo das intervenções ainda é insuficiente diante da dimensão do problema (Gráfico 23).

Na RI Xingu, o comportamento foi oposto: o indicador cresceu de 51,8% em 2019 para 59,3% em 2023, com salto expressivo entre 2021 e 2022. Isso revela uma piora no saneamento entre os mais pobres da região, podendo ser reflexo de crescimento populacional não acompanhado por investimentos em infraestrutura, abandono de soluções mais adequadas ou mesmo degradação de sistemas anteriormente existentes. Essa trajetória acende um alerta para a necessidade urgente de investimentos estruturantes na região (Gráfico 23).

No estado do Pará, o percentual também cresceu, passando de 43,7% em 2019 para 51,3% em 2023. Esse aumento, embora mais contido que o da RI Xingu, ainda representa uma reversão indesejada para um problema que deveria estar em declínio. A convergência dos valores de Altamira e do estado em 2023 indica que, apesar dos esforços locais, o saneamento precário entre a população de baixa renda permanece um desafio generalizado e persistente no Pará, exigindo planejamento de longo prazo e investimentos focados na universalização do esgotamento sanitário (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



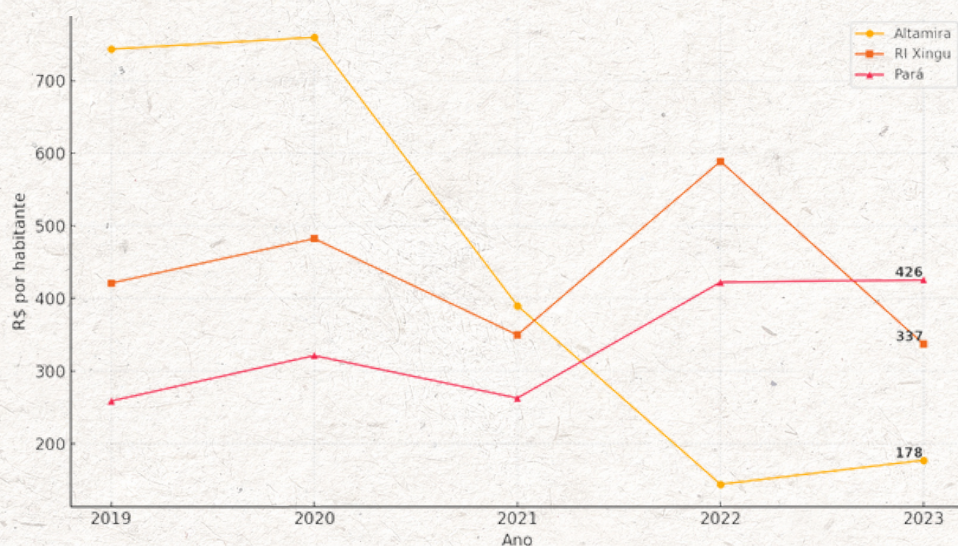
Altamira iniciou o período analisado com os maiores valores entre os três recortes, registrando R\$ 743 por habitante em 2019 e R\$ 757 em 2020. Esses valores expressivos sugerem forte alocação de recursos municipais em medidas preventivas, possivelmente relacionadas a enchentes, queimadas ou riscos geotécnicos. No entanto, a partir de 2021, houve um recuo brusco, com queda para R\$ 385 e depois para apenas R\$ 144 em 2022, evidenciando possível descontinuidade orçamentária ou redirecionamento de prioridades. Em 2023, houve uma leve recuperação para R\$ 178, mas ainda em patamar muito

inferior aos primeiros anos (Gráfico 24).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o comportamento foi mais estável e menos oscilante. A região registrou aumento de R\$ 422 em 2019 para R\$ 484 em 2020, queda em 2021 (R\$ 354), e depois uma elevação relevante para R\$ 590 em 2022. Em 2023, porém, os gastos recuaram novamente para R\$ 337. Essa trajetória revela esforços intermitentes na região para fortalecer a prevenção de desastres, mas com oscilações que podem indicar dependência de projetos pontuais ou recursos extraordinários (Gráfico 24).

O estado do Pará, por sua vez, mostrou crescimento mais consistente ao longo do período, saindo de R\$ 261 por habitante em 2019 para R\$ 426 em 2022 e mantendo praticamente o mesmo valor em 2023. Esse comportamento revela uma tendência de ampliação dos investimentos estaduais em prevenção de desastres, possivelmente impulsionada pela intensificação de eventos extremos e pela necessidade de maior resiliência climática. O contraste entre a estabilidade estadual e a queda acentuada em Altamira aponta para desafios na continuidade das políticas locais de gestão de riscos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 178/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Altamira apresentou valores modestos e bastante estáveis no indicador de despesa per capita com preservação aquática entre 2019 e 2021, variando entre R\$ 29 e R\$ 40 por habitante. No entanto, em 2022 houve uma queda expressiva para R\$ 23, com leve recuperação em 2023, quando o valor chegou a R\$ 34. Esse padrão indica baixa prioridade relativa atribuída à conservação de recursos hídricos no município, apesar da importância estratégica dos ecossistemas aquáticos na região amazônica e da própria localização de Altamira próxima ao rio Xingu (Gráfico 25).

Já a RI Xingu mostrou valores mais elevados durante todo o período, partindo de R\$ 64 em 2019 e atingindo R\$ 143 em 2023. O crescimento foi gradual até 2021, com uma breve retração em 2022, seguida de forte alta no último ano da série. Isso sugere um maior compromisso regional com ações de preservação dos recursos aquáticos, possivelmente vinculadas a políticas ambientais de escopo inter-

municipal ou à atuação de instituições voltadas à proteção de bacias hidrográficas e áreas de preservação (Gráfico 25).

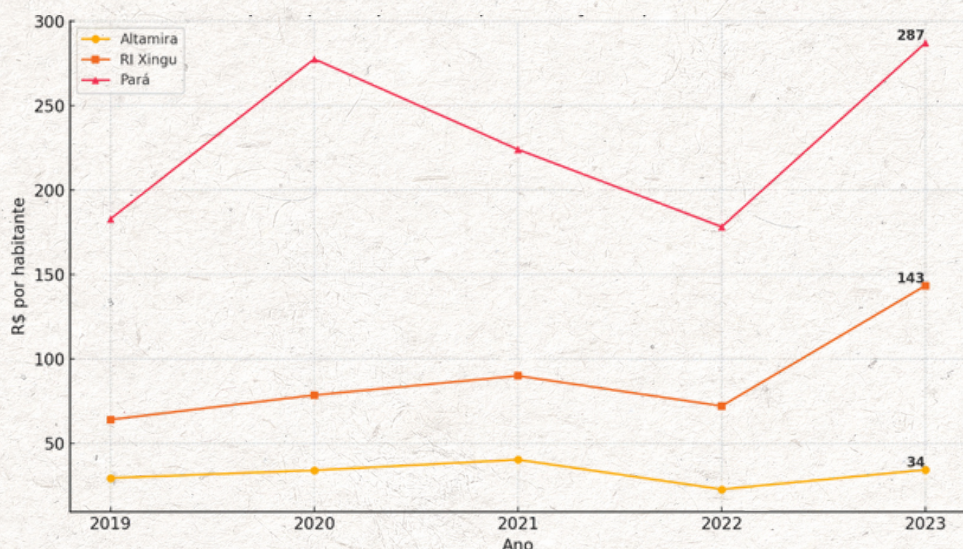
O estado do Pará registrou os maiores valores em todos os anos, com destaque para os picos em 2020 (R\$ 278) e 2023 (R\$ 287). Apesar de oscilações, os valores se mantiveram elevados ao longo da série, sinalizando um esforço contínuo da administra-





ção estadual em promover ações voltadas à conservação aquática. O distanciamento entre o nível estadual e o municipal de Altamira revela a necessidade de fortalecimento da atuação local em políticas ambientais hídricas, especialmente considerando a importância da região para a biodiversidade e segurança hídrica da bacia amazônica (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 34/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Altamira manteve uma alta proporção de cobertura florestal ao longo de todo o período analisado, variando de 90,4% em 2019 para 88,8% em 2023. Apesar da leve queda entre 2020 e 2021, quando o percentual atingiu 85,8%, o município apresentou recuperação nos anos seguintes. Essa oscilação pode refletir pressões ocasionais sobre a vegetação nativa, mas também sugere alguma capacidade de contenção do desmatamento ou de regeneração natural em determinadas áreas. O patamar elevado reforça a relevância ecológica do município, especialmente por sua localização estratégica na bacia amazônica (Gráfico 26).

A Região de Integração (RI) Xingu apresentou uma dinâmica mais acentuada, com uma

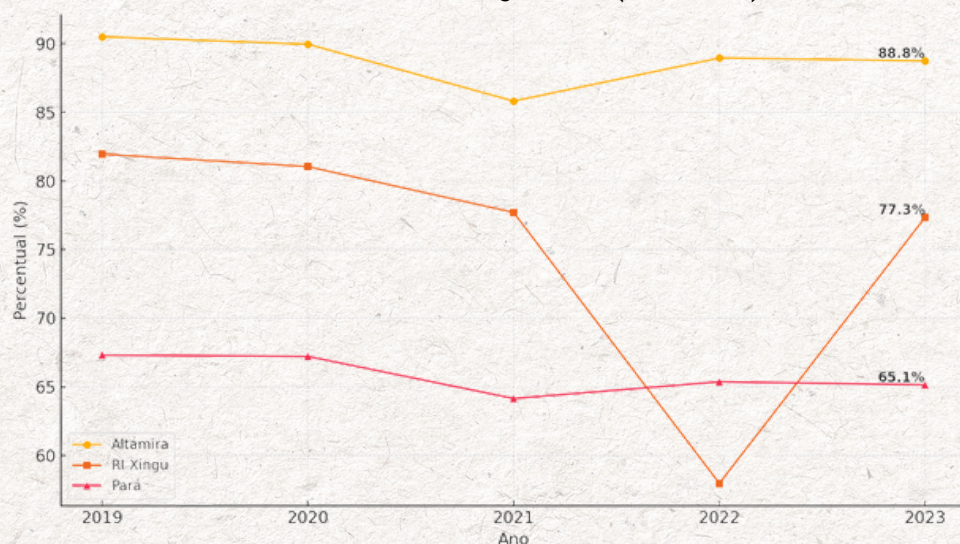
queda expressiva em 2022, quando o percentual de área de floresta caiu para apenas 58,2%. Essa redução abrupta pode ter sido provocada por avanços significativos do desmatamento em áreas críticas, resultado de atividades ilegais ou de expansão da agropecuária. No entanto, em 2023, observa-se uma recuperação considerável para 77,3%, indicando que a



queda anterior pode ter sido um ponto fora da curva – ou refletido uma mudança metodológica na medição – ou até mesmo reflorestamentos ou revisões de mapeamento (Gráfico 26).

O estado do Pará, por sua vez, teve uma trajetória mais estável, com leve redução da cobertura florestal de 67,2% em 2019 para 65,1% em 2023. Esse padrão indica uma perda gradual de vegetação nativa, ainda que em ritmo mais lento que em alguns municípios e regiões. O fato de o Pará manter cerca de dois terços de seu território com floresta até 2023 reforça seu papel central nas estratégias de conservação da Amazônia, mas também evidencia os desafios persistentes diante da pressão contínua por uso econômico da terra (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 88,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Altamira apresentou uma trajetória moderadamente ascendente no percentual de área desmatada, partindo de 6,0% em 2019 e chegando a 7,7% em 2023. Apesar de ser um crescimento discreto, o dado reforça que mesmo municípios com alta cobertura florestal continuam vulneráveis à perda de vegetação. Essa elevação gradual pode estar relacionada ao avanço de pequenas propriedades, expansão da agricultura e outras pressões sobre o uso do solo, especialmente em áreas periféricas ou de ocupação recente (Gráfico 27).

Na RI Xingu, o comportamento foi mais alarmante. O percentual de área desmatada aumentou lentamente entre 2019 e 2021, mas disparou em 2022, alcançando 32,9% — ma-

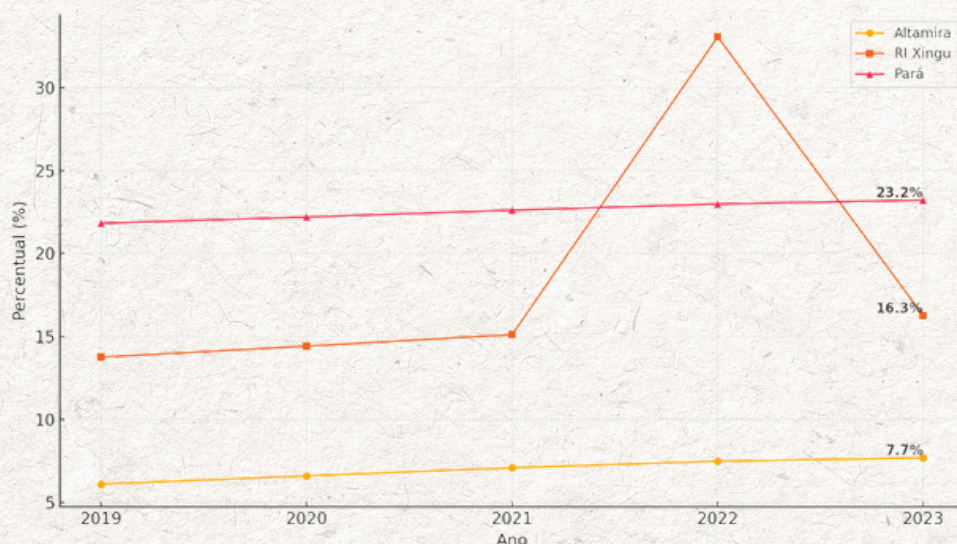
is que o dobro do valor registrado em 2021. Em 2023, houve uma queda significativa para 16,3%, o que ainda representa um patamar elevado. Essa oscilação extrema sugere possíveis alterações conjunturais importantes na região, como aumento da fiscalização ambiental, operações de contenção do desmatamento, ou mudanças nos regimes fundiários. O pico de 2022, contudo, evidencia o grau de vulnerabilidade dessa região frente a pressões antrópicas (Gráfico 27).

O estado do Pará apresenta crescimento contínuo no percentual de área desmatada, passando de 21,9% em 2019 para 23,2% em 2023. Essa tendência confirma um padrão consolidado de conversão de florestas em outras formas de

uso do solo, como pastagens e lavouras. O avanço constante do desmatamento no estado reforça a necessidade de políticas públicas mais efetivas de controle, além da ampliação de instrumentos de governança territorial, incentivos à produção sustentável e fortalecimento de sistemas de monitoramento e fiscalização ambiental (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

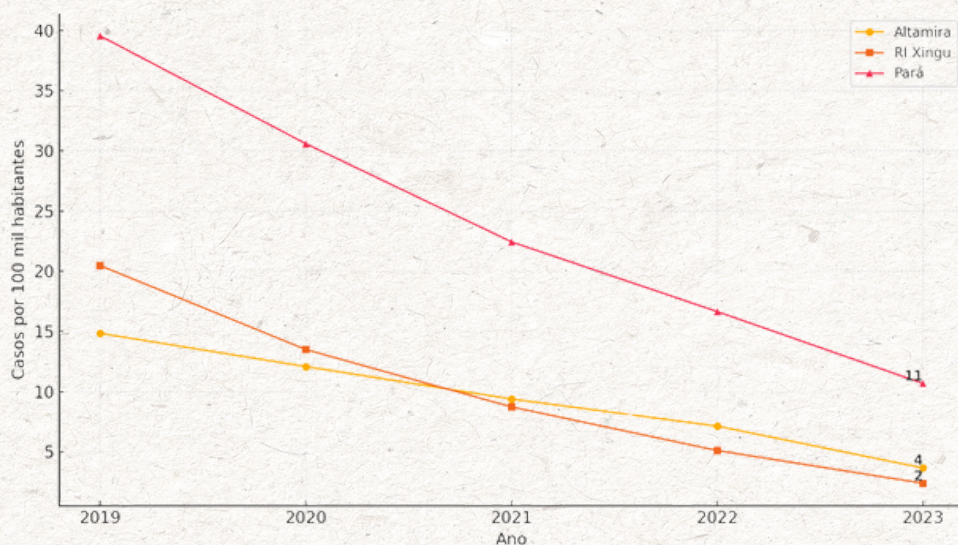
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Altamira apresentou uma tendência contínua de redução do trabalho infantil ao longo do período analisado. Em 2019, o município registrava cerca de 15 casos por 100 mil habitantes, número que caiu progressivamente até atingir apenas 4 casos em 2023. Essa trajetória revela um avanço importante nas políticas de proteção à infância e juventude, possivelmente com maior articulação entre assistência social, educação e fiscalização do trabalho infantil em contextos urbanos e rurais (Gráfico 28).

A Região de Integração (RI) Xingu também seguiu a mesma tendência, com declínio expressivo: de 20,5 casos em 2019 para apenas 2 em 2023. A redução abrupta e sustentada nesse indicador aponta para o fortalecimento de ações intermunicipais e maior presença do Estado na região, especialmente em comunidades mais vulneráveis. A queda acentuada pode ainda refletir programas de transferência de renda e aumento da frequência escolar como fatores indiretos de proteção (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Altamira iniciou o período com um patamar alarmante de violência letal, registrando 104 homicídios por 100 mil habitantes em 2019 — um dos mais altos do estado. Em 2020, houve forte redução para 59, seguida por uma leve elevação em 2021 e um novo pico em 2022 (69 homicídios). Em 2023, o indicador caiu novamente para 62, o que ainda representa um nível elevado. A oscilação sugere que, apesar de alguns avanços, a segurança pública no município permanece frágil e sujeita a fatores conjunturais, como conflitos agrários, tráfico de drogas ou ausência de poli-

ciamento em áreas críticas (Gráfico 29).

Na RI Xingu, a trajetória também indica queda, mas com maior estabilidade. O índice passou de 72,5 homicídios em 2019 para 49 em 2023, com redução mais acentuada entre 2019 e 2020, seguida de relativa estabilização nos anos seguintes. Isso sugere algum grau de melhoria nas estratégias regionais de segurança, mas ainda insuficiente para reduzir o índice a níveis abaixo da média estadual. A persistência da violência letal pode estar associada a vulnerabilidades sociais, disputas por território

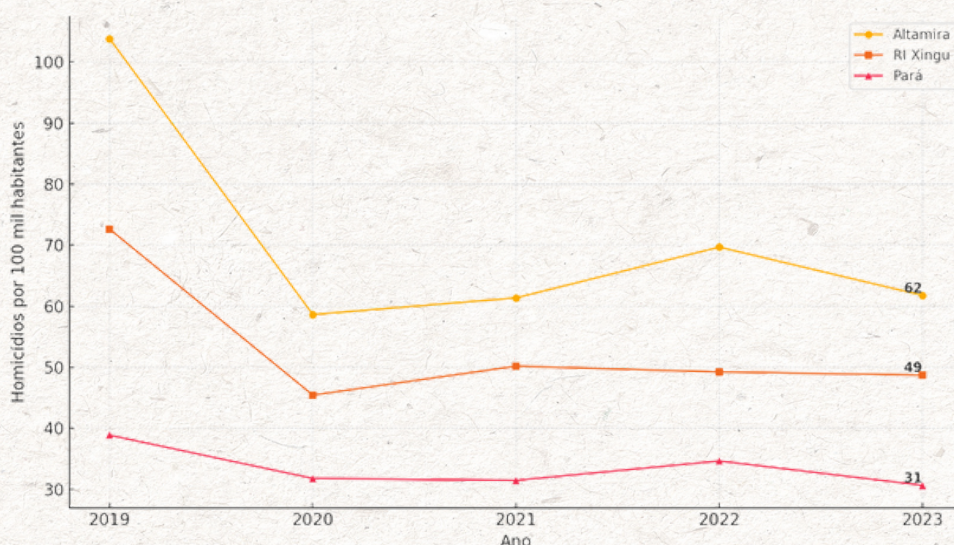
e ausência de serviços públicos em áreas remotas (Gráfico 29).

O estado do Pará apresenta o melhor desempenho relativo entre os três recortes, com redução de 38,6 para 31 homicídios por 100 mil habitantes entre 2019 e 2023. Ainda que o índice esteja acima da média nacional desejável, a tendência é de queda moderada e consistente. Essa estabilidade aponta para avanços institucionais na segurança pública estadual, incluindo a ampliação da presença policial, investimentos em inteligência e ações de prevenção social. A diferença entre

os índices estaduais e os registrados em Altamira evidencia a necessidade de intervenções mais específicas e localizadas nos territórios com maiores níveis de violência (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 62 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



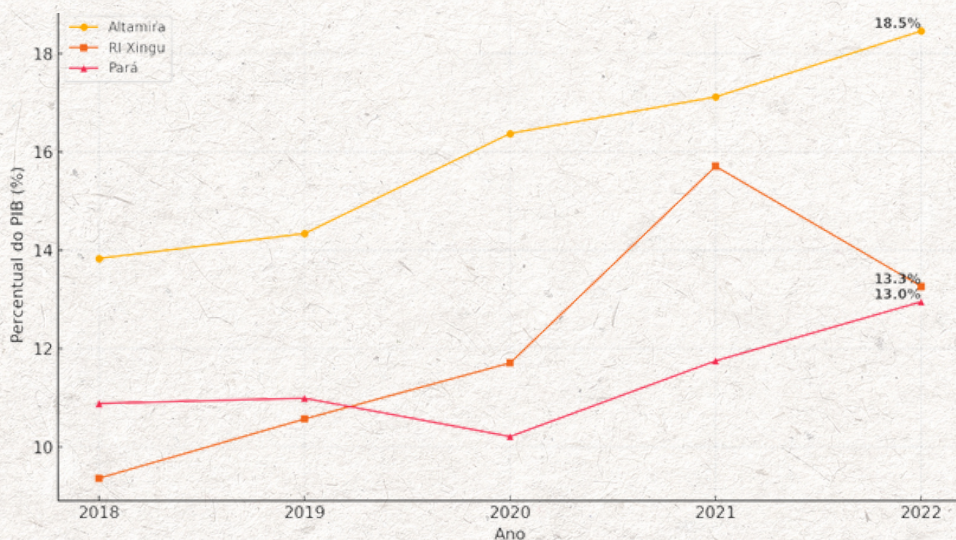
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2022, o município de Altamira apresentou crescimento contínuo do gasto público municipal como percentual do PIB, partindo de 13,8% em 2018 e alcançando 18,5% em 2022. Esse aumento consistente indica uma elevação no peso das despesas públicas municipais em relação à atividade econômica local, o que pode refletir tanto a ampliação da capacidade de investimento e custeio da administração pública quanto uma menor expansão do PIB em ritmo comparativo. O comportamento revela uma intensificação do papel do setor público na economia municipal, possivelmente voltada para áreas sociais, infraestrutura ou gestão ambiental (Gráfico 30).

Na Região de Integração (RI) Xingu, a trajetória foi mais instável. O indicador cresceu de 9,3% em 2018 até atingir 15,7% em 2021, com queda para 13,3% em 2022. A forte alta em 2021 pode ter relação com medidas emergenciais de enfrentamento da pandemia da COVID-19 ou com expansão temporária de programas públicos. A posterior retração pode indicar o fim de despesas extraordinárias ou contenção fiscal. Mesmo assim, o valor final se manteve acima dos níveis iniciais, o que sugere um patamar de gasto público mais elevado na região como proporção do PIB em comparação com o período pré-pandemia (Gráfico 30).

Já no estado do Pará, o indicador apresentou relativa estabilidade nos primeiros anos, com leve oscilação entre 10,9% e 11,0% de 2018 a 2019, seguido de queda em 2020 (10,2%) e posterior crescimento até atingir 13,0% em 2022. O aumento recente aponta para um esforço de retomada dos investimentos públicos, possivelmente em resposta a pressões sociais ou estratégias de dinamização econômica. Ainda assim, o Pará manteve-se com valores abaixo dos registrados em Altamira ao longo de todo o período, o que demonstra a relevância comparativa do setor público municipal na dinâmica econômica local de Altamira frente à média estadual (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Altamira x RI Xingu x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

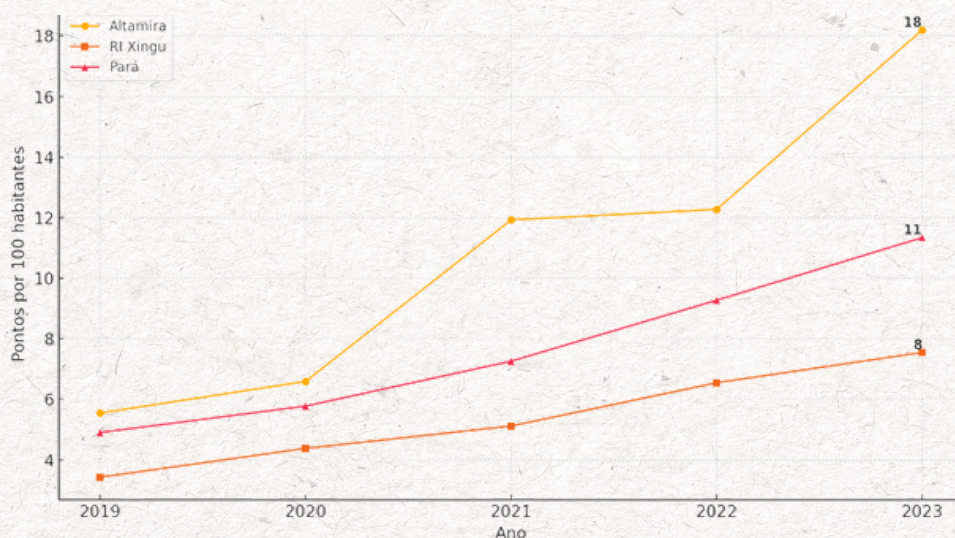
Entre 2019 e 2023, Altamira apresentou uma evolução significativa no indicador de acesso à banda larga fixa, passando de 5,5 para 18 pontos por 100 habitantes. O salto mais expressivo ocorreu entre 2020 e 2021, quando o indicador praticamente dobrou, refletindo possivelmente investimentos públicos e privados em infraestrutura digital, impulsionados, em parte, pelas necessidades geradas durante a pandemia de COVID-19. A continuidade do crescimento até 2023 demonstra consolidação do acesso, sugerindo expansão territorial da cobertura e aumento da demanda por conectividade estável, inclusive para atividades educacionais e comerciais (Gráfico 31).

Na Região de Integração (RI) Xingu, o crescimento também foi contínuo, embora mais moderado. O indicador saiu de 3,5 em 2019 para 8 em 2023, revelando avanços, mas em ritmo inferior ao de Altamira. Essa diferença pode ser explicada por desafios logísticos e de escala nos demais municípios da RI, que possuem características geográficas mais dispersas e menores atrativos para investimentos em redes fixas. Mesmo com essa limitação, a duplicação do indicador ao longo do período sinaliza esforços relevantes para ampliar o acesso à internet de qualidade na região (Gráfico 31).

O estado do Pará como um todo apresentou uma trajetória intermediária, com crescimento de 5,0 para 11 pontos por 100 habitantes entre 2019 e 2023. A evolução gradual reflete a tendência estadual de ampliação do acesso digital, ainda que marcada por desigualdades entre os municípios. O desempenho de Altamira, acima das médias estadual e regional, posiciona o município como destaque em conectividade fixa na região, o que pode representar vantagem estratégica para políticas de inclusão digital, desenvolvimento econômico e acesso a serviços públicos digitais (Gráfico 31).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Altamira x RI Xingu x Pará (2019-2023)



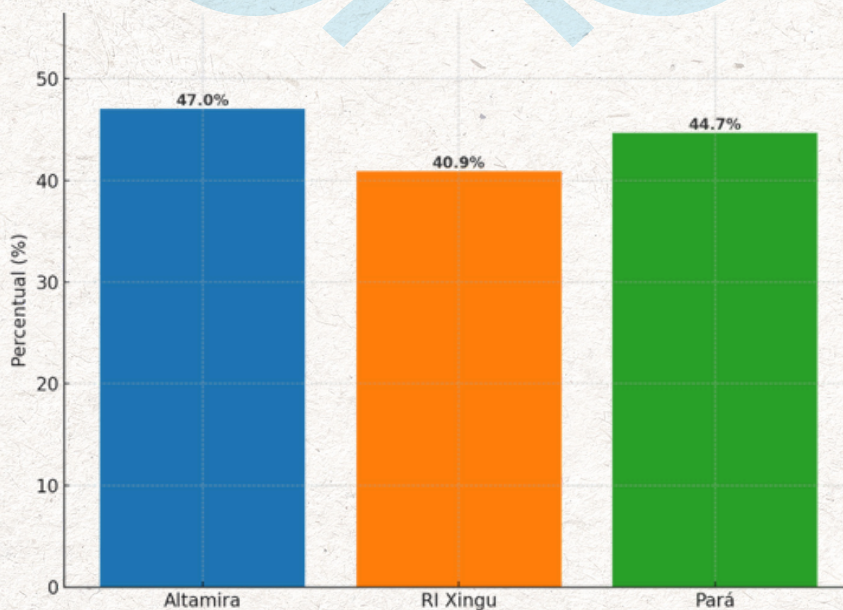
Fonte: ANATEL e IBGE.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Altamira** registrou um IDS de **47%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Altamira x RI Xingu x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



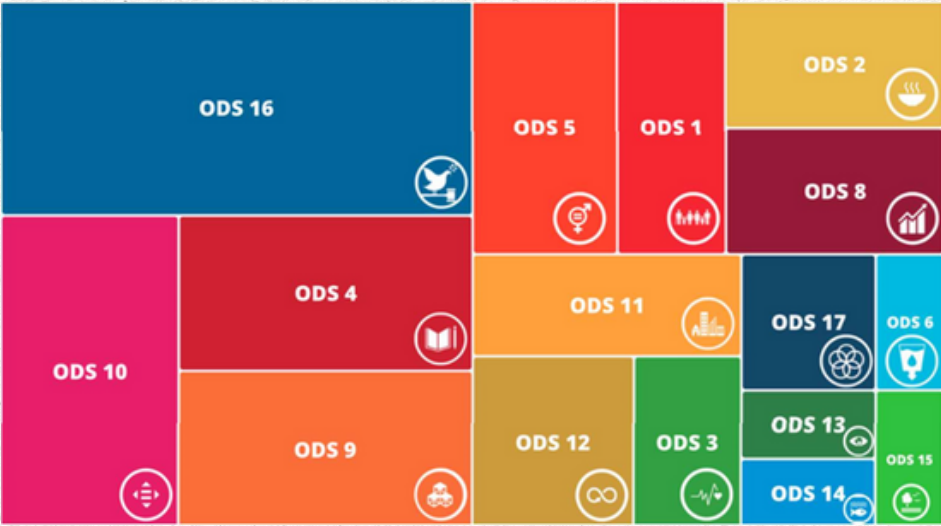
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Altamira na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Altamira e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

